



UM OLHAR SOBRE A SAÚDE DO POVO ROMANI NO BRASIL

SILVANY FERREIRA DA SILVA ¹

CÉLIA REGINA LIMA OLIVEIRA ²

NATALINO PEROVANO FILHO ³

ANTÔNIO CARLOS SANTOS SILVA ⁴

Nos últimos anos, o Brasil vem avançando na implantação de políticas voltadas ao direito a saúde da população Romani, criando a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Povo Cigano(2018), que tem como objetivo a promoção da equidade na atenção a saúde, respeitando a especificidades culturais. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar a produção bibliográfica brasileira acerca da Saúde da População Romani no Brasil. Estudo de revisão Integrativa foi realizado nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo, utilizando os descritores "saúde", "população cigana" e "romani". O Ministério da Saúde do Brasil criou a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Povo Cigano (BRASIL, 2018) e o Guia Orientador para a Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano(BRASIL, 2022), documentos institucionais que visam orientar as ações de atenção a saúde dessa população, bem como sensibilizar gestores e a sociedade civil sobre as especificidades sociais dessa população no que tange a saúde. Partindo desse contexto, torna-se perceptível que essa política, pautada nos pressupostos de universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde, vem colaborando com o acesso/acessibilidade na atenção a saúde

¹Mestra em Relações Étnica e Contemporaneidade (PPGREC-UESB). E-mail: silvany_ferreira1@hotmail.com

²Bacharecil em Serviço Social (2019). E-mail: cellregi48@gmail.com

³ Doutor em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos. Líder do grupo de pesquisa "Etnociências e Autossustentabilidade de Povos Tradicionais". ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5269-3820> E-mail: npfilho@uesb.edu.br

⁴ Doutor em Ciência das Saúde. Professor do Departamento de Saúde II e ODEERE. Universidade do Sudoeste da Bahia(UESB). E-mail: antonio.silva@uesb.edu.br

“ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS”

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ

dessa população, anulando injustiças históricas. Todavia, estudos apontam que, o preconceito e a invisibilidade histórica contribuiu para construção da ciganofobia na sociedade brasileira, corrobora para a prevalência dos piores indicadores de saúde e a violação de inúmeros direitos para esta população. Ademais, as práticas e saberes tradicionais em saúde dessa população vem sendo alvo de discriminação no âmbito da saúde. Independentemente da existência de Políticas Públicas e várias iniciativas, é perceptível que as ações em saúde ainda são incipientes (VACITE *et al.*, 2023). Para Iwano (2019), a ausência de dados estatísticos oficiais referente a população Romani, bem como, as dificuldades do acesso a saúde e serviços públicos nas áreas saúde, educação, trabalho, corroboram para esse processo de negação de cuidados. Concomitantemente, as “doenças crônico degenerativas como diabetes, hipertensão arterial ou colesterol são as que mais acometem a população cigana de uma forma geral” (PORTELA, 2019). Além disso, devido as suas atribuições estarem relacionadas a atividades domésticas e a longas caminhadas para realização de comércio e compor a renda familiar também são acometidas por doenças prejudiciais a coluna (BRASIL, 2016). De igual forma, torna-se necessário a humanização das práticas em saúde no que tange o respeito as questões culturais da população cigana, de forma a garantir as diversidades culturais, étnicas e seus direitos essenciais. A partir da análise, foi possível constatar que existe uma fragilidade relacionada a saúde da população Romani no Brasil, fruto de um processo de racismo estrutural. Torna-se necessário o fortalecimento de políticas intersetoriais para efetivação e aperfeiçoamento das ações em saúde direcionadas a essas populações.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia Orientador para a Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano.** [recurso eletrônico] Ministério da Saúde, Secretária de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família- Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano / Ministério da Saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 44 p.

IWANO, Marcela. **Evidências em saúde sobre o povo cigano: uma revisão de literatura entre 2009 a 2018.** Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Brasília, DF, 2019.

_____. **Ministério da Saúde. Portaria nº 4.384, de 28 de dezembro de 2018.** Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2018. Seção 1, p. 101.

MIO, Vacite; Fábio de Almeida Bolognani; Marcia Cristina Braga Nunes Varricchio; Alexandre dos Santos Pyrrho; Jaqueline da Silva; Celso Luiz Salgueiro Lage. Saúde da População Cigana Urbana no Rio de Janeiro/Brasil. **Revista Foco**, 2023.

PORTELA, G. **Ciganos no Brasil: saúde e preconceitos. Arquivo de notícias. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde** [online]. 2019.